

“O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados”: o tema do Estado na historiografia medieval

Douglas Mota Xavier de Lima

[Professor Assistentes da UFOPA | Doutorando PPGH-UFF]

LIMA, D. M. X. “O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados”: o tema do Estado na historiografia medieval. *Revista Anima*, Ano 4, nº 5, 2014, p. 05-19.

Resumo

A presente reflexão se propõe a discutir as contribuições da obra “O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados”, de Bernard Guenée (1927-2010), tendo como base de análise as relações entre o estudo e o desenvolvimento das pesquisas acerca da gênese do Estado Moderno ao longo da Idade Média, a partir dos anos 80. Procura-se problematizar os caminhos da renovação da história política entre os medievalistas, privilegiando o diálogo entre a historiografia francesa e o meio acadêmico brasileiro, além de indicar as contribuições dos projetos “gênese” para os estudos medievais.

Palavras-chave: Idade Média, Historiografia, Estado.

Abstract

This paper intends to discuss the contributions of the work “States and rulers in later medieval Europe”, written by Bernard Guenée (1927-2010), having as a basis for analysis the relationships between the study and the development of the genesis of modern State throughout the Middle Ages, from the 80’s on. We aim to debate the roads of renewal of the political history among the medievalists, emphasizing the dialogue between the French historiography and the Brazilian academic field, as well as indicating the contributions of the projects “gênese” for the medieval studies.

Keywords: Middle Ages, Historiography, State.

Aproximam-se os cinco anos da morte do historiador francês Bernard Guenée (1927-2010), que faleceu em Paris no dia 25 de Setembro de 2010, vítima de um AVC. Pesquisador que marcou a historiografia do século passado, favorecendo a retomada dos estudos de história política pelos medievalistas, será aqui citado principalmente pela obra *L'Occident aux XI^e-XV^e siècles – Les États*, lançado em 1971, na coleção *Nouvelle Clio*. Além da obra ser uma expressão marcante da produção historiográfica e das temáticas exploradas por Guenée, tal escolha se dá por dois motivos: primeiramente porque o texto criou uma base de reflexão para os pesquisadores inclinados aos problemas políticos do medievo, indicando temas que, nas décadas posteriores, seriam seguidos pelo próprio autor e pelos projetos de pesquisa coletivos que analisaram a questão do Estado na Idade Média – cito especialmente os projetos *Genèse de l'État moderne* (1984-1986) e *Origins of the Modern State* (1989-1992); um segundo motivo é que uma década depois da publicação, o livro foi traduzido pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp – 1981), trazendo ao público brasileiro os primeiros resultados da renovação da história política entre os medievalistas franceses.

A nova história política entre os medievalistas

O momento historiográfico atual, com a proliferação de trabalhos sobre a propaganda política, a opinião pública, as elites do poder, os micropoderes, dentre outros temas relativos ao universo político, muito difere do contexto de inícios do século passado – marcado pela centralidade da temática do Estado-Nação, focalizado nas instituições, aparelhos e dirigentes (FALCON, 1997, p. 65) –, e mesmo do cenário acadêmico de meados do século XX. Nesse período, especialmente entre os anos 60 e 70, a temática do poder recebeu novas atenções dos medievalistas, mesmo que as problemáticas surgissem de caminhos distintos. Exemplos dessa reorientação podem ser observados no próprio movimento da terceira geração dos *Annales*, com o emblemático artigo de Jacques Le Goff “*Is Politics still the backbone of History*” (1971), e sob a pena de Georges Duby e seu *Le Dimanche de Bouvines* (1973), no qual o autor se propõe a analisar um acontecimento, a batalha ocorrida no dia 27 de Junho de 1214, objeto de investigação até então lançado às margens pelos discípulos de Marc Bloch e Lucien Febvre.

É interessante perceber que ainda nos anos 70 começaram a ser publicadas em português as obras de Duby e Le Goff, autores que defendiam o estudo do ‘político’ através do acréscimo das questões relativas aos gestos, às crenças, aos cerimoniais, seguindo a via da antropologia histórica, ou seja, uma história do poder e dos poderes que alcançasse a “profundidade” reivindicada pelos fundadores dos *Annales*, e que estivesse fundamentada no diálogo com a Antropologia (LE GOFF, 1985). Não obstante, o mesmo período foi marcado por uma outra história política francesa, essa representada por historiadores como Guenée, Raymond Cazelles, Philippe Contamine entre outros dedicados ao movimento de renovação historiográfica presente nas temáticas das instituições e das sociedades políticas.

Com tais obras circulando na academia brasileira, abria-se o contato com o que entendemos serem as duas grandes vertentes da historiografia medieval francesa sobre o político, como demonstraremos. A primeira, que enfatizava uma história social do político, tendo nas instituições, nas sociedades políticas e na geografia do poder, temas centrais de estudo; e uma segunda, na qual o político era observado no diálogo com a história cultural, e temas como cerimônias, gestos, discursos, símbolos, entre outros, apareciam como objeto principal (Cf.: HESPANHA & HOMEM, 1999, p. 64-65).

Ao longo das décadas seguintes Bernard Guenée seguiu estudando problemas relativos ao poder: a opinião pública, a propaganda política, as trajetórias, as entradas régias, entre outros, foram temas recorrentes em suas produções. Contudo, a obra de 1971 tem como diferencial tratar diretamente da questão do Estado na Idade Média, especialmente nos séculos XIV e XV, tema tradicional, polêmico e, para muitos, inaceitável de ser tratado no medieval. Para analisar o objeto, a obra de Guenée divide-se em três grandes partes: a primeira, “Documentação”, abarca uma bibliografia detalhada, citando fontes e textos acerca de temas relativos ao Estado; a segunda, “Nossos Conhecimentos”, dividida em “Livros” intitulados “As Exigências do Espírito”, “O Poder do Estado”, e “Estado e Sociedade”; e a terceira, “Esboços Historiográficos”, agrega, por exemplo, reflexões sobre o Império, os sentimentos nacionais, e as assembleias de estados (GUENÉE, 1981).

Sem avançar na abordagem de cada um dos itens levantados por Guenée, convém ressaltar que o autor francês não estava sozinho nesse movimento de renovação historiográfica. Armando Carvalho Homem indica uma série de pesquisadores que, envolvidos com Gue-

née, deram continuidade aos temas que aparecem tratados em “*O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*”: Françoise Autrand, Hélène Millet, Claude Gauvard, Alain Demurger, Jacques Krynen, e Jean-Philippe Genet (HOMEM, 2012, p. 12).

É interessante notar que, fora do meio acadêmico francês, particularmente na historiografia anglo-saxônica, outro pesquisador ganhava expressão por um estudo acerca do Estado no medievo, Joseph Strayer. O historiador norte-americano teve importância acentuada na retomada das discussões do tema, sendo sua obra *On the Medieval Origins of the modern State* (1969) o recolhimento de uma série de estudos que desenvolvia na Universidade de Princeton. Acrescenta-se que, como aconteceu com a obra de Guenée, o livro de Strayer foi traduzido para a língua portuguesa pela editora Gradiva de Lisboa, favorecendo o contato do público acadêmico brasileiro com as reflexões do texto.

Strayer indicou três condições essenciais à constituição do Estado na Idade Média: o aparecimento de unidades políticas persistentes no tempo e geograficamente estáveis; o desenvolvimento de instituições duradouras e impessoais; o surgimento de um consenso quanto à necessidade de uma autoridade suprema e a aceitação dessa autoridade como objeto da lealdade básica dos súditos. Tais condições são o que o autor chama de ‘sinais’ que revelam o nascimento de um Estado, servindo de resposta para a opção em não adotar nenhuma definição já existente para o termo. Para Strayer, as origens do Estado Moderno estariam no século XII, envolvendo: a difusão do cristianismo, a estabilização da Europa após longo período de invasões, e o desenvolvimento do sentimento de lealdade ao Estado nascente. O autor avançou ainda em observar que o processo de formação do Estado Moderno não eliminou outros tipos de vínculos políticos – as lealdades familiares, comunitárias, religiosas, entre outras (STRAYER, 1969, p. 16-23).

A obra de Joseph Strayer, mesmo questionável em diferentes abordagens, é deveras significativa, se caracterizando por uma análise comparativa (França e Inglaterra) de longa duração, visando observar a formação do Estado durante a Idade Média, perspectiva que seria ampliada pela historiografia nas décadas seguintes. Dito isso, passaremos a considerações acerca da construção das pesquisas sobre a gênese medieval do Estado Moderno.

O estado na idade média: de Guenée à Genet

Neste tópico manteremos a obra de Guenée como ponto de partida, percebendo-a como base para o projeto *Genèse de l'État moderne*.

Como foi exposto, “*O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*” focaliza-se nos séculos finais da Idade Média e vasculha desde as “mentalidades” acerca do poder, com suas formas de propaganda, até as expressões do poder do Estado – os “objetivos” da justiça, finanças, guerra e diplomacia –, abordando ainda a relação entre o Estado e os grupos sociais. Eis, desde já, uma diferença significativa entre a proposta de Guenée e os objetivos do projeto *Genèse*. Enquanto este projeto se estruturou entre os séculos XIII e XVIII, a obra de 1971 propõe-se a encontrar a “personalidade própria” dos Estados do século XIV e XV, visando libertá-los do “complexo de transição” entre o Estado Medieval e o Estado Moderno. De fato, Guenée está buscando a “originalidade da história dos Estados do Ocidente nos séculos XIV e XV”, as quais são encontradas no aumento do poder do príncipe, na (re)definição das estruturas hierárquicas da sociedade, e na “onda democrática” da passagem dos séculos analisados (GUENÉE, 1981, p. 239-240).

Através desses breves apontamentos é possível perceber que Guenée lança-se, sem grandes aprofundamentos, na discussão sobre o uso do termo Estado para o medievo. Suas preocupações já partem da percepção de que existiu um Estado, caracterizado como Feudal, distinto do Estado Moderno, e é nesse quadro prévio que o autor busca a originalidade dos séculos XIV e XV. Porém, na parte introdutória da obra, “Definições e Problemas”, Guenée avança em discussões sobre a aplicação do termo. Inicia observando que Estado deriva do vocábulo latino *status*, que em aspectos sociais e políticos só passa a designar o “estado do rei” (*status regis*) a partir de meados do século XIII. De acordo com o autor, a variedade de aplicações do termo ainda pode ser encontrada no século XVI, por mais que na sociedade quatrocentista já houvesse a “noção” de um corpo político submetido a um governo e a leis comuns (GUENÉE, 1981, p. 50-51).

Destacamos que Guenée enfatiza a existência de uma “noção de Estado” existente antes de 1500, uma “noção” que está relacionada aos termos políticos do período, *civitas*, *corona*, *regnum* e *respublica*. Concluindo sua reflexão, eis as palavras do autor:

Na realidade, existiram Estados no Ocidente nos séculos XIV e XV? Alguns pensadores de nossa época, apoiados em vários séculos de meditação e de evoluções políticas, dão uma definição precisa de Estado na qual a noção de soberania, em particular, adquire uma importância exagerada. (...) Mas não nos detenhamos demasiado nessa discussão a respeito dos termos. Não englobemos “Estado” numa definição precisa demais e moderna demais. E se achamos razoável admitir que exista Estado desde que haja num território uma população que obedeça a um governo, nesse caso, é evidente que no Ocidente, nos séculos XIV e XV, existiram Estados cujas estruturas políticas convém estudar (GUENÉE, 1981, p. 51-52).

Já falamos das intenções do autor com o recorte temporal adotado, então nos deteremos nos indicativos propostos por Guenée: território e população obediente a um governo. Tais aspectos, de fato, podem ser encontrados no medievo antes do século XIV, e mesmo Strayer, nas propostas apresentadas anteriormente, defendia que as unidades políticas persistentes no tempo e no espaço, assim como o desenvolvimento de “lealdade” entre os súditos e o poder, eram “sinais” da formação estatal. Contudo, a opção de Guenée se mostra frágil na discussão teórica mais ampla, e mesmo o sociólogo Émile Durkheim argumenta acerca dos problemas em se estabelecer o Estado a partir de critérios como número de habitantes e território (DURKHEIM, 2002, p. 59-76). De fato, o problema que Guenée se coloca a responder é: seria adequado aplicar o termo Estado para caracterizar a realidade política medieval?

Nesse embate encontram-se, ao menos, duas grandes linhas de interpretação: a primeira defende que o Estado não só não existiu sempre, como nasceu em um determinado contexto histórico – a crise da sociedade feudal. Comumente, tal orientação postula que a instituição ‘Estado’ é um fenômeno coevo do nome – Estado –, e assim a aplicação do termo está condicionada à existência da palavra (BOBBIO, 2007, p. 68; HESPANHA, 1984, p. 26-30). A segunda perspectiva, distinta da anterior, fundamenta-se na defesa de que o Estado é um fenômeno histórico que aparece num certo momento de desenvolvimento da sociedade, podendo ser observado em diferentes sociedades e épocas (BOBBIO, 2007, p. 73-75). Tal posição, com ampla inserção na antropologia política, teve a contribuição de favorecer a dissociação entre Estado e Poder, e Estado e Política – movimento também levado a cabo pela nova história política (GOUVÊA, 1998, p. 33-34) –, todavia, sem descartar a importância dessas reflexões, acreditamos que ao pensar a adequação do termo Estado para a sociedade

medieval, estamos a remeter a discussão para o problema da formação do Estado Moderno (Cf.: SOUSA, 1994, p. 508-509).

Estado Moderno é um conceito com ampla inserção na historiografia e que agrega uma série de elementos que caracterizam a complexa realidade política europeia. No entanto, sendo uma base conceitual construída a partir das estruturas políticas estatais contemporâneas, por muito limitou e desqualificou a análise para o medievo e a época moderna (CLAVERO, 1981, p. 43-44; HESPANHA, 1984, p. 24-25). Todavia, como argumenta Bartolome Clavero, a historiografia avançou em ultrapassar as limitações do modelo contemporâneo de Estado, o que possibilitou uma ‘certa autonomia’ para tratar do tema na Idade Média e Moderna (CLAVERO, 1981, p. 44).

Com uma nova abordagem, o tema do Estado na Idade Média voltou a aparecer incisivamente nos anos 80, tendo grande expressão através das pesquisas de Jean-Philippe Genet. De acordo com este autor, ao final do século XIII, confrontados com guerras incessantes, as monarquias feudais desenvolveram uma “fiscalidade de Estado” e estabeleceram assembleias representativas em que o “Estado dialogava com os súditos” (GENET, 2006, p. 405-407). Esta análise mostra-se restrita ao modelo franco-inglês, e caracteriza-se por ser pouco generalizante. É nesse sentido que o projeto *Genèse de l’État moderne* mostra-se diferencial.

A gênese do Estado Moderno

Caracterizando-se como uma *Activité Thématique Programmée* do CNRS entre os anos de 1984 e 1986, o projeto buscou investigar os problemas teóricos e históricos da formação dos Estados europeus. A ATP estruturou-se com o seguinte objetivo:

L’objectif de cette action est de favoriser une nouvelle pratique de l’histoire du politique, (...) et de contribuer à créer les conditions d’une compréhension renouvelée du passe politique de l’Europe, dans une perspective chronologique de longue durée. Le thème retenu, “Genèse de l’État Moderne”, est donc centre sur l’émergence des états monarchiques nationaux dans les années 1280-1360, et sur leur évolution jusqu’à la fin du XVIIe siècle, l’étude de ce noyau central impliquant celle de toutes les formes d’organisation et d’exercice du pouvoir politique dans ce cadre géochronologique, cadre dont le recours au comparatisme permettra éventuellement de sortir (GENET, 1990, p. 306).

A partir da ATP foram feitos oito encontros que se colocaram a discutir os temas da cultura e da ideologia, da Igreja, da fiscalidade, da aristocracia, do direito, dentre outros aspectos relativos ao processo de gênese do Estado Moderno (GENET, 1990, p. 308-318). Na tentativa de estabelecer uma síntese da ATP foi lançada a obra “*L’État moderne: Genèse. Bilans e perspectives*” (1990), da qual destaco o texto de Jean-Philippe Genet “*L’État moderne: un modèle opératoire*”.

Neste, o autor visa compor um “modelo operatório” – identificado como “modelo empírico” da gênese do Estado Moderno – a fim de afastar-se das implicações dos “modelos teóricos” construídos posteriormente (GENET, 1990, p. 262). Reafirmando o contexto de ‘surgimento’ do Estado Moderno, diz: “*systeme nouveau, même s’il se constitue a partir d’éléments dont certains existaient depuis fort longtemps, parfois même depuis l’antiquité; et ce système politique a dès lors connu un développement continu*” (GENET, 1990, p. 261). A gênese do Estado Moderno não fez desaparecer outras estruturas de poder concorrentes, antes, ora esteve em simbiose, ora em conflito com estas estruturas. A gênese, salienta Genet, teve um caráter eventual, existindo outras construções estatais sendo formadas no mesmo período. Por fim, o autor enfatiza a importância do feudalismo para a formação do Estado Moderno, abordagem que recupera a perspectiva do “*bastard feudalism*” da historiografia inglesa (GENET, 1990, p. 267-268; 2003, p. 11-12).

A perspectiva do projeto *Genèse*, assim como os primeiros acúmulos vindos dos encontros realizados, deu espaço para a construção de um novo projeto intitulado *Origins of the Modern State – Centuries XIII-XVIII* (1989-1992), coordenado por Genet e Wim Blockmans (Cf.: GENET, 1997, p. 12-14). Programa ligado a Fundação Europeia da Ciência, agregou um conjunto de mais de 100 pesquisadores de 18 países e, fundamentando-se nos princípios do estudo comparativo e da longa duração, ratificou o processo de revisão historiográfica sobre a formação do sistema político europeu durante a Baixa Idade Média. Philippe Contamine defende que todo esse movimento de pesquisa com a formação do conceito de “gênese do Estado Moderno”, apesar de ter um componente teleológico, possibilitou “*un souffle nouveau*” à história política, e sendo resultado de um conjunto de pesquisas, permitiu um olhar amplo sobre o processo multiforme de formação do Estado (CONTAMINE, 2005, p. 119-120).

Feita esta contextualização, cabe avançarmos para a definição de Estado Moderno proposta por Genet: *“Un État moderne, c’est un État dont la base matérielle repose sur une fiscalité publique acceptée par la société politique (et ce dans une dimension territoriale supérieure à celle de la cité), et dont tous les sujets sont concernés”* (GENET, 1997, p. 3). A “definição de trabalho” estabelece o Estado como uma forma de organização política, baseada numa fiscalidade pública e aceita. No que concerne esta característica (*“une fiscalité acceptée”*), Genet observa a importância das cerimônias e das assembleias representativas, promovidas, principalmente, pelas consequências impostas pela guerra. Para o autor, *“La guerre est le moteur dans l’évolution de l’État moderne”* (GENET, 1997, p. 4).

Genet argumenta que foi através das guerras, praticamente permanentes na Baixa Idade Média, e da concorrência entre os Estados em formação, que se ampliou a demanda por impostos, permitindo a formação de uma “fiscalidade de Estado” (GENET, 1987, p. 8), a qual levou ao “diálogo” com a sociedade política. Esse contexto permitiu também o desenvolvimento dos instrumentos das relações entre os Estados, marcado especialmente pela especialização da diplomacia. Destaca-se que as resistências a tal processo de gênese existiram, porém as estruturas estatais em desenvolvimento foram capazes de gerar uma “redistribuição” que possibilitou, gradativamente, a aceitação de tal dinâmica. Esta “redistribuição”, enfatiza Genet, abarcou não apenas o elemento monetário, mas também alcançou a legitimidade conferida pelo Estado, a capacidade para os agentes agirem em suas esferas de atividade (GENET, 1990, p. 267; 2006 p. 407).

Seria interessante analisar o desenvolvimento das pesquisas acerca das temáticas levantadas pelos projetos, especialmente nos temas que, na década de 70, com a obra de Guenée, ainda apareciam com pequenos acúmulos, por exemplo, os servidores do estado, a diplomacia, e a propaganda régia. No entanto, essa opção ultrapassaria os limites desse texto. Temos investigado, em especial, o tema da diplomacia e das elites do poder, e recentemente tecemos alguns comentários sobre as questões da Igreja e Estado, Guerra e Diplomacia, e o papel das Elites do Poder, temáticas presentes nos projetos *“gênese”* (LIMA, 2014). Assim, em virtude das limitações e dos objetivos traçados para a presente reflexão, cabe apresentar algumas resistências atuais ao uso do termo Estado no medievo antes de concluirmos nossos apontamentos.

Mesmo não sendo uma obra específica sobre o tema, retomo como exemplo o livro de Jérôme Baschet “*La civilization féodale*”, lançado em 2004. Trata-se de uma obra de síntese sobre o medievo, articulada com os problemas da “longa Idade Média” propostos por Jacques Le Goff, que se caracteriza por trazer em todos os capítulos um balanço historiográfico sobre a temática analisada. Traduzida pela Editora Globo em 2006, a obra vem tendo sucesso no meio acadêmico brasileiro, o que favorece a elaboração de um contraste com os apontamentos de Genet.

Baschet, na primeira parte do livro, dedica um capítulo para analisar a Baixa Idade Média e o processo de expansão e início da colonização da América. Um dos tópicos do capítulo tem como título “Gênese do Estado Moderno ou afirmação da monarquia?”, escolha que se dá a partir do diálogo com Genet. Neste tópico Baschet questiona a pertinência da utilização do termo Estado, e assim estrutura sua interrogação:

Desenvolvimento da administração, retomada do controle sobre a moeda e a justiça, instauração de um imposto direto regular (...), ideia abstrata do reino e da instituição monárquica: tudo isso significa, sem nenhuma dúvida, um aumento da potência dos poderes monárquicos. Mas é possível, por decorrência, falar em Estado? Não seria confundir Estado e rei e precipitar excessivamente a marcha da história? Não seria curvar-se ao esquema historiográfico tradicional, que quer fazer morrer o feudalismo ao mesmo tempo que a Idade Média, e que não pode ver a renovação do Renascimento e dos Tempos Modernos sem a glória do Estado que, em breve, será absolutista? (BASCHET, 2006, p. 268)

As questões colocadas são todas pertinentes, mas acreditamos que não podem ser aplicadas às pesquisas dos projetos *Genèse* e *Origins*. Vejamos as perguntas de Baschet separadamente. Primeiramente, no que tange a correlação entre o fim do feudalismo, o fim da Idade Média, e o surgimento do Estado, Genet é enfático em defender o caráter eventual do processo de gênese do Estado Moderno e não deixou de notar a importância do feudalismo para o Estado na Baixa Idade Média. Acrescenta-se que o século XVIII, e não o XV, como o “esquema historiográfico tradicional” analisa – para usarmos os termos de Baschet –, demarca a conclusão do processo de gênese para Genet.

A segunda questão (“é possível falar em Estado?”) está diretamente ligada às reflexões feitas até o momento. Baschet inicia seu texto dialogando com Genet, recupera os principais temas analisados pelo mesmo, observa as características do poder no período, todavia opta

pela definição de Estado de Weber e Bourdieu, e, assim, refuta o termo para o medievo (BASCHET, 2006, p. 268-269). Ambos os sociólogos não detiveram suas análises sobre as estruturas políticas medievais, mesmo que seja possível citar alguns artigos de Bourdieu em que o processo de formação do Estado é tratado (BOURDIEU, 1994, p. 1997). Desta forma, percebemos de forma clara os problemas já levantados por Guenée em 1971, quando argumentava a inadequação do uso de conceitos “modernos demais” para o estudo da Idade Média. Além disso, no volume *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne* (1993), a perspectiva *weberiana* e mesmo de Norbert Elias, que relacionam Estado e monopólio da violência aparecem recuperadas por Wim Blockmans, em especial, através da obra de Charles Tilly.

Permanecendo no âmbito das críticas, o próprio ponto de partida do conjunto de estudos é questionado por manter uma perspectiva um tanto retrospectiva na qual o foco parece estar na modernidade e numa instituição madura como o Estado Moderno, o qual teria origens no medievo. Fátima Fernandes argumenta que os possíveis interesses no tema se encontram relacionados às demandas sociais, políticas e culturais da Europa contemporânea, marcada pela redefinição dos marcos de seu nascimento, de sua identidade, e mesmo de seus limites (FERNANDES, 2012, p. 17-18). Corroboramos com a proposta da autora, e lembramos da coleção *Faire l'Europe*, coordenada por Jacques Le Goff em inícios dos anos 2000, e que, mesmo numa abordagem distinta, expressa de forma enfática a mesma perspectiva de criar as bases para a nova configuração sócio-política da união europeia através da reavaliação do passado.

Acreditamos que, por mais que estes problemas sejam pertinentes, no limite eles podem oferecer uma ‘reserva crítica’ ao investigador, em especial ao historiador latino-americano que, por seu lugar de produção, não se encontra condicionado pelas demandas da história das nações europeias e nem mesmo pelos desafios da união europeia. Nosso distanciamento nos permite encarar tais perspectivas de reconstrução histórica com outros olhares.

Saindo dessa escala de uma ‘reserva crítica’, pensamos que os problemas levantados podem sinalizar apenas opções de abordagens do investigador. De fato, o discurso teleológico é um dos grandes desafios da escrita da História e comumente ponto de críticas aos his-

toridores que tratam de longas durações. No entanto, este é um problema cotidiano de nosso ofício, e não deve impedir reflexões acerca do desenvolvimento de estruturas políticas, sociais, econômicas, etc. Se, em um dado momento histórico, é possível identificarmos uma forma específica da estrutura estatal que denominamos Estado Moderno, por que não analisar o processo de construção, legitimação e afirmação desse Estado? Ao nosso ver, colocar a ênfase em problemas de longa duração favorece a elaboração de sínteses e possibilita o levantamento de questões que não apareceriam em trabalhos mais restritos e mais verticalizados.

Desta forma, entendemos que as propostas dos projetos são de grande importância para a compreensão das estruturas políticas do Ocidente, e, por mais que pesem os elementos franco-ingleses no direcionamento das investigações, iniciativas específicas podem contribuir para discutir esse quadro tradicional. Nesse sentido, os trabalhos de Adeline Rucquoi sobre Castela, Aragão e Navarra e, mais recentemente, de Judite Freitas para Portugal, têm mostrado a validade das propostas dos projetos *Genèse* para a sociedade ibérica da Baixa Idade Média.

Conclusão

Outros caminhos historiográficos e teóricos podem ser escolhidos para analisar as estruturas políticas do medievo. Então, termos como Monarquia Feudal, Estado Monárquico, Estado Dinástico, ou mesmo Estado e Reino, apareceriam. Não obstante, optamos por recuperar os acúmulos historiográficos vinculados à obra de Guenée, que defendia a pertinência do termo para a Idade Média. Nesse caminho, as pesquisas de Genet e dos projetos analisados (*Genèse* e *Origins*) construíram um caminho sólido de reflexão, que, avançando no recorte cronológico e espacial, estabeleceram uma “definição de trabalho” capaz de matizar imprecisões ainda presentes na década de 70. Acrescenta-se que a perspectiva processual de gênese do Estado Moderno é deveras rica, e tal “modelo operatório” compreende discussões acerca do papel do poder dinástico nas estruturas políticas, das elites do poder, dos instrumentos do Estado, do papel da redistribuição, do ‘capital simbólico’ possibilitado pela presença nas estruturas estatais, entre outros aspectos que têm sido campo de novos caminhos de pesquisa.

Por fim, finalizamos essa breve reflexão lembrando que nenhuma das obras envolvidas no projeto *Genèse* e *Origins* estão traduzidas para a língua portuguesa, elemento que ainda dificulta o acesso do público acadêmico brasileiro ao tema da gênese do Estado Moderno. Mesmo de Jean-Philippe Genet o único texto em português é o verbete “Estado” do “*Dicionário Temático do Ocidente Medieval*” (2006), que é uma reflexão generalizante e que não expressa a riqueza de abordagens dos projetos citados. Que esse quadro mude, e que a significativa obra de Bernard Guenée continue a inspirar novas pesquisas e não caia no esquecimento dos seguidores de Clio.

Referências Bibliográficas

BASCHET, J. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, P. Esprits d'État. Genèse et structure du champ bureaucratique. In: *Raisons Pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p.99-133.

_____. De la Maison du roi à la raison d'État. Un modèle de la genèse du champ bureaucratique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 118, jun.1997, p.55-68.

CLAVERO, B. Institucion política y derecho: acerca del concepto historiográfico de 'Estado Moderno'. In: *Revista de Estudios Políticos*, n.19, 1981, p.43-57.

CONTAMINE, P. Guerre, État et Société: une révision à la lumière de la crise politique et militaire dans la France du deuxième quart du XVe siècle. In: *Guerra y diplomacia en la Europa occidental. 1280-1480. XXI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005, p.117-139.

DURKHEIM, É. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.61-89.

FERNANDES, F. A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.º8, Abril – 2012.

GENET, J-P. Documents et bibliographie de l'A.T.P. Genèse de l'État moderne. In: *L'État*

Moderne: Genèse. Bilans et perspectives. Paris: CNRS, 1990, p.305-350.

_____. Estado. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, v.1, p. 397-409.

_____. L'État Moderne: Un modèle opératoire? *L'État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.261-281.

_____. *La genèse de l'État Moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: PUF, 2003.

_____. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1, p. 3-18.

_____. Introduction. *Genèse de l'État Moderne. Prélèvement et Redistribution*. Paris: CNRS, 1987, p.7-12.

GOUVÊA, M.F.S. A História Política no campo da História Cultural. In: *Revista de História Regional*. UEPG, vol. 3, nº. 1, 1998, p. 25-36.

GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

HESPANHA, A.M. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, A.M. & HOMEM, A.L.C. O Estado Moderno na recente Historiografia Portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores "tout court". In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (COORD). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.53-76.

HOMEM, A.L.C. “Bernard Guenée (1927-2010)”. In: *Medievalista* [Em linha]. Nº 11, (Janeiro de 2012), p.1-31.

LE GOFF, J. A política será ainda a ossatura da história? In: *O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985, p.221-242.

LIMA, D.M.X. 'Gênese do Estado Moderno': um instrumento de pesquisa?. In: FERREIRA, A.M., et al. (Org.). *Problematizando a Idade Média*. Niterói: EdUFF/PPGHISTORIA, 2014, v.1, p.83-94.

SOUSA, A. Realizações. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal – A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.483-547.

STRAYER, J. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, 1969.
Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990). Rome: École Française de Rome, 1993.